

## **“Político” e “crítico” para eles, “alegre” e “esfusiante” para elas: a construção do gênero na revista *Fon-Fon* (1907-1914)**

FABIANA FRANCISCA MACENA\*

Tal como a historiografia relativa às primeiras décadas do século XX evidencia, é significativo o esforço das elites políticas em inserir o país em um padrão estrangeiro de civilização e progresso, projeto que enfatizou, principalmente, a reconfiguração da fisionomia das cidades, como observado nas reformas urbanas no Rio de Janeiro em 1904. Contudo, ainda de acordo com esta historiografia, tais remodelações não se limitaram apenas aos aspectos físicos da capital do país, mas também afetaram os comportamentos, que deveriam ser condizentes com o novo momento vivenciado pela nação. Nesse sentido, os comportamentos ditos “femininos” receberam atenção privilegiada, sendo questionados e controlados pelos mais diversos setores da sociedade, inclusive pela imprensa, como meio de manter a ordem e as hierarquias. Com efeito, com suas técnicas e recursos midiáticos, a imprensa integra o poder disciplinar. Como ressalta Foucault,

*A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, das técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (FOUCAULT, 2009: 203)*

Atuando como poderosa tecnologia política produtora dos efeitos homogeneizador, normatizador e disciplinador de comportamentos e relações sociais, não há como deixar de reconhecer que os jornais e revistas, em sua função pedagógica, ensinam a interpretar as imagens e representações sociais da modernidade e de gênero, orientadoras de comportamentos distintos segundo o sexo, ao reafirmar a lógica da partilha binária, da divisão do mundo em masculino/feminino e a significação do masculino como superior ao feminino. Principalmente por meio das revistas ilustradas, publicações típicas do início do século XX.

---

\* Doutoranda em História Social pela Universidade de Brasília.

A categoria gênero aqui entendida não como um “dado”, algo natural, como propriedade de corpos. A eterna partilha binária do mundo em masculino e feminino, a divisão sexual dos papéis, corpos e comportamentos sociais, que perde de vista a historicidade dessa construção. Como adverte Joan Scott:

*Os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.* (SCOTT, 1990: 15)

No uso do gênero, trata-se de investigar, como definiu Joan Scott, “as relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (...) e as relações de poder” estabelecidas a partir desta distinção (SCOTT, 1990: 07). Enfim, evidenciar que estas distinções são construções datadas, que possuem sua historicidade. Nesse sentido, é importante pensar tal categoria de análise deslocando a ênfase da oposição entre homens e mulheres, ou seja, a dicotomia ou polaridade entre masculino e feminino. Pelo contrário, Scott evidencia que o termo serve “como meio de falar de relações sociais”, das relações de poder entre os indivíduos (SCOTT, 1990: 13). Essa advertência evitaria o uso do gênero como sinônimo de mulheres ou por oposição ao sexo, perspectivas presentes em muitos trabalhos. Como ressaltado por Judith Butler, não se trata de pensar sexo e gênero como opostos e nem como corpos *a priori*, naturais, mas pensá-los também como construções discursivas, culturais. Deste modo, partilhando das reflexões desta autora,

*O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.* (BUTLER, 2008: 25)

Sob tal perspectiva, é possível questionar não somente os papéis sociais, a hierarquia pautada na distinção masculino/feminino, mas a própria construção dos corpos em masculino/feminino, de modo binário. Butler propõe pensar o gênero e o

sexo não como termos opostos, mas como inscrições sociais indissociáveis, como efeitos discursivos, evidenciando como “certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do ‘real’ e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem sucedida” (BUTLER, 2008: 58).

Nesse sentido, concordamos com Teresa de Lauretis, que propõe

*pensar o gênero a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia social”; desta forma, propor-se ia que também o gênero, como representação e auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana. Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política”. (LAURETIS, 2004: 208)*

Com isso, Lauretis salienta a construção de sujeitos gendrados “por meio de códigos lingüísticos e representações culturais” (LAURETIS, 2004: 208). A partir dessas considerações, podemos pensar a imprensa, como “tecnologia de gênero”, uma vez que, ao construir e veicular representações de gênero, produz efeitos de gênero. Como tecnologia social, ela opera produzindo/reproduzindo gênero, ao atribuir “significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade” (LAURETIS, 2004: 212). Ela produz, enfim, o efeito de feminino/masculino em corpos, comportamentos e relações sociais. Deste modo, trata-se de compreender as técnicas discursivas e não discursivas que possibilitaram produzir/reproduzir o gênero, ou seja, os efeitos de sentido que são produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, como bem salienta Teresa de Lauretis.

#### A construção da partilha binária

Publicações já existentes no final do século XIX, as revistas ilustradas ou revistas “mundanas” adquirem, no início do século XX, maior visibilidade, articulando caricatura, reportagem e fotografia (BROCA, 2004: 297-298). Além de destacarem-se em “oferecer, em primeira mão, as últimas novidades em matéria de modas femininas e

infantis”, de acordo com a referência em moda e elegância no período: Paris (BROCA, 2004: 298), é visível nessas publicações o propósito em formar/configurar um público feminino. Percebe-se um investimento na criação de necessidades, em ampliar o consumo de artigos destinados às mulheres, com a oferta de temas/assuntos considerados próprios desse sexo: moda, etiqueta, maternagem, fofocas, conselhos médicos, produtos, enfim, uma leitura considerada própria do feminino, fácil e agradável.

Uma dessas publicações é a revista *Fon-Fon*, periódico semanal carioca, que circulou de 13 de abril de 1907 até agosto de 1958 e encarregava-se de informar aos leitores brasileiros tudo que era a última moda em Paris, além de registrar a “vida mundana” da sociedade carioca em notas sociais e charges.

A construção da modernidade e do feminino, bem como a articulação dessas representações pela publicação são logo percebidos pela análise do logotipo dessa. Ele é, de fato, emblemático, pois faz referência a uma série de idéias/imagens/significações que perpassam a *Fon-Fon* durante os anos aqui analisados.



Figura 01 - Logotipo da revista.

A figura do carro e o nome do periódico ligado a sua onomatopéia veiculam e reafirmam os sentidos da modernidade e masculinidade conferidos às imagens associadas ao novo tempo que a revista anuncia rápida e ruidosamente. Objeto cuja posse estava nas mãos de uns poucos “privilegiados”, o automóvel indica o progresso, a eficiência, o ritmo acelerado, a industrialização que chega ao país, tal como já chegara aos países “adiantados”. Um símbolo, portanto, de *status* e poder. Além disso e por conta disso, por ser um produto importado pelos “novos protagonistas sociais”, o carro foi rapidamente identificado como “o clímax da modernidade” (SEVCENKO, 1998: 558). Meio de transporte que substituía o tilbury, o carro estava afinado com as transformações da capital modernamente remodelada, ao percorrer, sem obstáculos, as modernas e largas avenidas que foram construídas no lugar das ruas estreitas de

paralelepípedos, próprias das cidades arcaicas, provincianas, do passado, como a revista costuma se referir.

Podemos interpretar, ainda na imagem do logotipo, as novas relações de trabalho, próprias destes “novos tempos”: o trabalho livre, profissionalizado, do *chauffeur*, em contraposição ao trabalho escravo, característico da sociedade colonial e imperial. O patrão/passageiro, que também pertence ao mundo do trabalho, urbano, dos negócios e não da área rural, significado como o local do atraso, da inércia e do conservadorismo, naqueles momento e contexto. Aquele teima em segurar sua cartola, símbolo de elegância burguesa do século XIX, atitude que nos remete para a importância, também, da tradição, haja vista sua obstinação em não se desvincular totalmente de antigos hábitos e comportamentos ante a mudança vertiginosa provocada pela modernidade, simbolizada na máquina, no automóvel.

Outra imagem veiculada no logotipo é a de dois homens, um de negócios e um trabalhador, que circulam pelo espaço público, pelas ruas e avenidas da capital neste novo símbolo de modernidade. São estes protagonistas, do sexo masculino, aqueles identificados com o mundo do trabalho, o espaço público e o espaço moderno. Logo, dentro desta lógica, o progresso é coisa viril, de homens, conduzido por homens. A modernidade, nesse caso, tem gênero: é do sexo masculino.

Nesta representação sexista da modernidade, as mulheres não aparecem no logotipo da revista que representa os novos tempos como o do mundo dos negócios, das máquinas, da rapidez e da eficiência profissional. Um tempo do espaço público e de domínio masculino. Como atenta Susan Besse, se alguns acreditavam que o trabalho seria o caminho da independência e emancipação feminina, outros, porém, o defendiam apenas como um meio de atender contingencialmente as necessidades econômicas, “um mal necessário, imposto pelas contingências da vida moderna”. O trabalho feminino seria algo eventual e temporário, que não deveria ocupar posição central na vida das mulheres e dizia respeito principalmente às mulheres das camadas inferiores e médias dos setores urbanos (BESSE, 1999: 147). Deste modo, tratava-se de uma atividade complementar, que não deveria colocar em risco a função primordial da reprodução de rebentos e cuidados com a prole. A presença das mulheres no mercado de trabalho poderia significar a decadência da família, uma instituição vista como base para o progresso moral da sociedade.

Significativamente, alguns espaços da revista são destinados a elas e também fazem uso delas, como ilustração das capas, em que suas formas aparecem para deleite dos leitores ou como exemplo de elegância a ser seguido por outras mulheres. Para agradar o público feminino e, principalmente, o masculino, a aparência, a exibição ficaria a cargo das mulheres, enquanto aos homens caberia o espaço público, o mundo do trabalho, reforçando uma idéia de desigualdade entre os sexos, escamoteada em uma suposta complementaridade. Gilda de Mello e Souza (SOUZA, 1987) destaca que essa lógica se desdobra, inclusive, no vestuário, tão destacado nas capas e conteúdos da *Fon-Fon*. O modo de se trajar, diferenciado para homens e mulheres, sublinha essa distinção sexista dos papéis e comportamentos entre mulheres e homens. São duas concepções de vestimenta que reforçam a partilha de gênero, ao reiterar papéis e atributos para cada um dos sexos: a inteligência, a competência, o mundo dos negócios destinados ao masculino; a beleza, emoção e sensibilidade, que tornaram-se características próprias do feminino. Deste modo, aos homens caberia a sobriedade do trajar-se, enquanto às mulheres a liberdade para usar todo tipo de ornamentos para “encantar” os outros e também para ostentar a riqueza e poder masculinos.

A autora compartilha a idéia da complementaridade entre os sexos, sem questionar, porém, a posição inferior do feminino nessa relação. Para ela,

*segregados por duas morais, duas concepções de vestimenta, duas mentalidades, os grupos masculino e feminino acabam se completando. O encanto feminino e a determinação masculina não se excluem mutuamente: na verdade, são parcelas que se somam na contabilidade astuciosa da ascensão. A graça de trazer o vestido, de exhibir no baile os braços e ombros, fazendo-os melhor “por meio de atitudes e gestos escolhidos”, é simétrica ao talento e ambição, exigidos pela carreira. (SOUZA, 1987: 83)*

Atravessada por essa concepção da complementaridade entre os sexos, a revista *Fon-Fon*, que se intitulava como um semanário “alegre, político, crítico e efusante”, encarregava-se de reproduzir a relação assimétrica entre os sexos, ao informar aos leitores brasileiros tudo que era “político e crítico” e às leitoras o que era “alegre e efusante”. Isso incluiria todo tipo de “superficialidade própria do gênero feminino”, como matérias sobre a última moda em Paris, notas e charges sobre a “vida mundana” da sociedade carioca, (ZANON: 2005: 03) receitas e dicas para o exercício das funções

no ambiente doméstico. Nesse investimento generizado, buscava-se reafirmar, junto ao público feminino, sua face identitária tradicional, associada ao privado, ao lar, aos cuidados com a família. Quanto à face masculina, esta já é desenhada no nome da revista. Ligado à onomatopéia da buzina do automóvel, máquina conduzida por homens e transportando homens, imagens e significações viris que reafirmam os sentidos de masculinidade conferidos à modernidade, esse tempo novo, que a revista anuncia rápida e ruidosamente.

Segundo a *Fon-Fon*, imagens de progresso material e técnico, de força do trabalho de conquista e domínio da natureza, de zelo e controle da moral, dizem respeito ao mundo masculino. O elemento feminino é apenas o toque que embeleza, o encanto que quebra a sisudez, o bálsamo que alivia as tensões, o licor que atenua o desgaste físico e mental provocado pelas mudanças rápidas.

#### No lar ou na calçada, no público e no privado

Como nos lembra Michelle Perrot, em diálogo com a obra de Michel Foucault, a distinção entre as esferas pública e privada é uma modalidade do exercício do poder. Poder pensado não somente como repressão, mas, sobretudo, em sua operacionalização, em seu funcionamento graças ao esquadramento, à regulamentação do ínfimo, à organização dos espaços, à mediação, à persuasão, à sedução, ao consentimento (PERROT, 2005: 263). Ou seja, como dito anteriormente, o poder como complexa tecnologia política que comporta a dimensão produtora de saber. Sendo assim, para a referida autora, no século XIX, a distinção entre o público e o privado é uma dessas modalidades de operacionalização do poder, em que espaços específicos são designados de acordo com o sexo/gênero. Segundo ela, neste período, na França, convinha:

*limitar seus poderes [das mulheres], sua ascendência; conter sua influência; mas também usar o imenso potencial que elas representam, não somente no domínio doméstico; mas cada vez mais no social, pela filantropia, e depois, pelo trabalho social. Daí todo um arsenal, jurídico, educativo, e uma organização racional da sociedade do qual a teoria das esferas (pública/privada) é uma das formas mais elaboradas. (PERROT, 2005: 263)*

Nesse sentido, Michelle Perrot questiona a naturalização de tais esferas e, conseqüentemente, dos papéis a elas vinculados, revelando-as como efeito de

tecnologias políticas, como produtos do poder. A autora evidencia, assim, o caráter político, as relações de poder/saber que permeiam tal construção. Estas, em sua constante referência ao biológico, justificam, a partir de sua posição de discurso autorizado, uma suposta inferioridade física e mental das mulheres, o que justifica mantê-las afastadas da direção das cidades e, conseqüentemente, da política. Por exclusão e expulsão, tal espaço estabelece-se e naturaliza-se como de domínio masculino. Dentro dessa lógica dicotômica, caberia às mulheres a esfera privada, que passa a ser, no século XIX, valorizada e exaltada como espaço da “rainha do lar”, independentemente das escolhas das mulheres por tal trono.

Segundo a autora, apesar do discurso de inferioridade feminina, o “século 19 não nega o valor das mulheres, bem ao contrário; apela-se para suas qualidades específicas no interesse de todos” (PERROT, 2005: 269). Naquele contexto em que se confere uma importância cada vez maior à sociedade civil, a valorização da “dimensão privada da vida” e, nessa, a do feminino, torna-se central para o movimento de privacidade configurador da moderna sociedade civil e burguesa (PERROT, 1988: 169). Para Perrot, todavia,

*A separação das esferas é muito mais sutil do que parece. Não somente exclusão, enclausuramento, fechamento; mas também distinção, utilização, limites. Por outro lado, não há adequação entre os sexos e as esferas. Nem todo o público é masculino, ou o privado é o feminino. A espacialização faz fortemente o seu papel, no entanto, ela não comanda tudo. O exercício do poder não se reduz evidentemente a uma geografia.*(PERROT, 1988: 169)

Parece-nos que o que Michelle Perrot evidencia para o caso francês também poderia ser pensado para o Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do século XX. No caso da revista *Fon-Fon*, fica evidente o investimento não apenas na “exclusão, enclausuramento, fechamento” entre os dois espaços, mas, sobretudo, “distinção, utilização, limites” no que concerne a cada sexo. Daí a crítica constante à ocupação do espaço público por aquelas que deveriam se deter nos limites do privado, explicitadas nas matérias que ironizam conquistas dos feminismos. Nestas, ressalta-se que

*Já não são somente as profissões; já não se limitam aos direitos civis e políticos; não param também nos vestuários as reivindicações das nossas ardentes feministas. Há agora uma tendência pronunciada*

*para usar cousas até agora só permittidas ao sexo feio. É assim que brevemente apparecerá uma obra da illustrada Sra. X ... reivindicando o direito das senhoras usarem barbas tambem.*

*Oh! a barba! Estes egoistas dos homens até agora tem tido o monopolio desse distinctivo capillar. (...)*

*Felizmente vae apparecer a obra annunciada que esperamos anciosos. Ha de causar uma revolução, estamos certos. E breve teremos incluída entre as modas femininas o uso das barbas.*

*Vem bem a tempo não ha que ver, pois a moda entre homens é fingir de mulheres, apresentando uma face inteiramente imberbe graças á navalha.*

*Depois servirá o uso ainda para demonstrar a falsidade da allegação de que toda mulher é tagarella, pois necessariamente terão de ficar caladas, ao menos enquanto fizerem a barba. (...). (FON-FON. Anno II, n.39, 04 de janeiro de 1908).*

Na matéria veiculada desqualifica-se o feminismo, ao significar as reivindicações feministas como propostas vazias, fruto das “cabeças ocas” das mulheres e sua insana pretensão de igualdade com o sexo masculino. Assim, tal movimento, na visão do articulista, resultaria da ação de mulheres entediadas, sem ter o que fazer, ou daquelas mal amadas que “a existencia não lhe offerece os attractivos de outros tempos”, ou seja, aquelas que em idade mais avançada, converteram-se ao feminismo “só para fazer brilhar com um certo enthusiamso, o seu pôr do sol” (FON-FON. Anno IV, n. 31, 30 de julho de 1910).

Na distinção estabelecida quanto aos espaços de atuação, às mulheres não caberia, portanto, participação na política e na economia, enfim, com tudo aquilo que seria classificado como do domínio público. Sua atuação deveria restringir-se ao âmbito do “belo sexo”, desprovido de discernimento e razão, “insignificante intellectualmente fallando!” (FON-FON. Anno IV, n. 30, 23 de julho de 1910). Na defesa da ordem patriarcal, não deveria haver, portanto, desvios de função e papéis. Assim, a revista ensina que sob a lógica binária burguesa de ordenamento do mundo, cada coisa deveria estar em seu lugar:

*Pouca gente lê um jornal de fio a pavio.*

*Cada um tem a sua secção predilecta, que corresponde ás suas inclinações ou aos seus interesses.*

*O político só presta attenção ao artigo de fundo partidario e locaes referentes ao Congresso; o negociante consulta o movimento da Bolsa e a entrada e sahida de vapores; o ávido de escândalos esquadrinha os a pedidos; um ou outro despreocupado ou amante das letras devora a parte literaria; as senhoras, na sua maioria, só lêem as secções mundanas, o Binoculo e todas, todas sem excepção, morrem de amores pelos folhetins.*

*E quanto mais violento, mais cheios de tragicas peripecias, mais o folhetim as absorve. (FON-FON. Anno IV, n. 30, 23 de julho de 1910)*

A revista, ao significar sexualmente os interesses de cada um dos segmentos da sociedade direciona a leitura dos mesmos a partir de sua lógica sexista. Ou seja, ela constrói o que seria próprio de cada um dos gêneros, com uma diferença reveladora. Enquanto o segmento masculino distingue-se entre si pela ocupação profissional, o feminino é um bloco homogêneo: “todas sem exceção, morrem de amores pelos folhetins”. Afinal, emotivas, frágeis e superficiais, às mulheres restava as frivolidades e superficialidades dos folhetins e das seções mundanas, ocupadas com modismos e futilidades.

É visível, nessa orientação, a intenção de formar o público feminino, ensinando-o e assujeitando-o aos temas/assuntos definidos como próprios de seu sexo, de sua natureza. Daí a criação e veiculação de colunas com tópicos mais leves e superficiais: moda, etiqueta, maternagem, fofocas, conselhos médicos; enfim, uma leitura “fácil e agradável”. Ao público masculino reservavam-se os temas sérios da política, os densos e profundos da literatura e crítica literária, os complexos e desafiantes das propostas de reformas educacionais, sanitárias, econômicas e fiscais.

Na revista, a liberdade de circulação, suposta na idéia de modernidade, encontra-se demarcada pela divisão binária, sexista. Assim, se as mulheres modernas circulam livres e desacompanhadas pelas ruas, pelo espaço público, não deveriam deixar de se auto-vigiar e também de serem vigiadas pelos outros. A seção “Na calçada”, neste aspecto, é reveladora do dispositivo disciplinar. Nela, o colaborador, ao fazer a crítica dos costumes, ensina como deveria ser o comportamento feminino moderno :

*As seções mundanas estão medrando no nosso jornalismo como cogumelos. Não ha periodico, por mais serio que seja, político ou commercial, que não tenha a sua column de elegancias. (...).*

*A rapaziada de casa, tambem dada ao smartismo e conhecedora das descrições de toilettes finissimas, resolveu tambem inaugurar no Fon-Fon uma resenha semanal das chiquezas que lhe passarem pelos olhos avidos de... beleza e elegancia.*

*Desta vez fui destacado para... a calçada, defronte da nossa vistosa e arejada redacção e eis as notas colhidas no meu calepin:*

*Passaram na Avenida Central durante a semana finda 328 senhoras da nossa sociedade mais fina. Não dou os nomes por falta absoluta de espaço... e porque são sempre as mesmas. (FON-FON. Anno II, n.41, 18 de janeiro de 1908)*

Estar “Na calçada” significa “ser moderna”, isto é, ocupar um local estratégico, onde o sujeito é visto e também vê, mas, também, é vigiado e controlado. O *Flauner*<sup>1</sup> da *Fon-Fon*, atento à passagem das “madames e *mademoiselles*” pela Avenida Central, destaca-as como exemplos de elegância, mas, sobretudo, denuncia sua presença no cenário público, que lhe parece um desvio de conduta, ou, no mínimo, uma falta de sentido, mero exibicionismo, próprio do “belo sexo”. Expor-se em local público é atitude que deve ser observada, esquadrihadas para ser melhor conhecida e controlada pelo poder disciplinar. A rua, espaço panóptico, é onde se opera o poder disciplinar de que nos fala Foucault: local em que cada indivíduo analisa o outro e é por ele analisado; local de encontro, mas também de análise, esquadrihamento, controle, um exercício permanente de vigilância e auto-vigilância, no qual repousa o poder disciplinar, onde o que importa é a normalização da conduta (FOUCAULT, 2009).

A relativa presença de mulheres no espaço público não era raridade e nem novidade nos primeiros anos do século XX. Elas circulavam pelas ruas e avenidas, com desenvoltura, elegância e em grande número. Tal liberdade de movimentos parecia ameaçadora aos olhos masculinos, até mesmo os “modernos”. Assim, se a presença delas era entre aquelas estimulada e valorizada, não descartava, porém, o exercício da vigilância e auto-vigilância, como percebido nas matérias da *Fon-Fon*. Como atenta Margareth Rago:

*A relativa emancipação da mulher, sua livre circulação nas ruas e praças, sua entrada mais agressiva no mercado de trabalho, a criação de um espaço público literário, segundo expressão de Habermas, a solicitação para que freqüentasse reuniões sociais, restaurantes da moda ou temporadas líricas foram percebidas de maneira extremamente ambígua. Se de um lado valorizava-se sua incorporação num amplo espaço social, por outro procurava-se instaurar linhas de demarcação sexual definidoras do papéis sociais bastante claras. (...) E que, acima de tudo, as mulheres se conscientizassem, na democratização da vida social, de que sua natureza primeira era a maternidade.* (RAGO, 1991: 26)

---

<sup>1</sup> Walter Benjamin salienta na obra de Charles Baudelaire a importância do *flâneur*, passante das ruas e avenidas, que perambula por elas como atento observador. Como nos lembra Sérgio Paulo Rouanet, ele “Percorre as ruas, morada do coletivo, está em casa nelas como se estivesse em sua residência. (...). Ele se interessa pela cidade em geral, e por cada um dos seus edifícios mais característicos (...). Em suma, a cidade é tudo para o flâneur, sua casa, sua paisagem”. (ROUANET, 1992: 49-82).

Ao falar sobre vestuário, moda, etiqueta, conduta das “madames e *mademoiselles*”, a revista não apenas criticava o que considerava inadequado e ressaltava o “correto”, mas, sobretudo, prescrevia, ensinava, disciplinava e investia na normalização dos comportamentos sociais femininos, referenciados por um padrão normativo de mulher cuja “natureza primeira era a maternidade”. Ela cumpria sua função pedagógica de ensinar os comportamentos modernos, civilizados, generizados. Funcionava, portanto, como tecnologia social, ao reafirmar a divisão do gênero nas relações daquela sociedade e temporalidade.

### A ameaça dos feminismos

As “mulheres modernas” ameaçam a ordem patriarcal, o poder masculino, daí o uso da imprensa para desclassificá-las, ao denegrir e satirizar atitudes de autonomia feminina, de emancipação daquele poder. Com efeito, observa-se o uso recorrente de artigos que discorrem sobre o que denominam como feminismo, significado desde já de forma caricata, com sinônimo de movimento de mulheres feras e fanáticas. Na coluna “Perfis Internacionais”, ao falar sobre a “feminista” Renata Mortier, o autor afirma:

*uma mulher destinada a vencer politicamente, se é que em política, as mulheres podem vencer algum dia. Renata Mortier – uma das muitas candidatas políticas de Paris – é bem moça e muito bonita, qualidade esta que constitui uma arma que não é para desprezar nas campanhas feministas.*

*Os homens sentem-se sempre dispostos a ficar de boca aberta diante de uma mulher bonita quando ella... falla e chegam mesmo a perdoar todas as tolices que se dispunham a dizer.*

*Quando, porém, esses lábios se abrem, não para dizer frivolidades, mas para pronunciarem phrases inteligentes, para discutirem com logica, com efficacia, é muito natural que esses lábios se tornem irresistiveis.*

*Por isto, as feministas devem ter o cuidado de entregar a propaganda da sua causa... á mais bonita dellas.*

*Não devem esquecer que, uma mulher bonita tem sempre razão... em qualquer terreno; o que não acontece, aliás com uma mulher feia. (FON-FON.. Anno IV, n.25, 18 de junho de 1910)*

Tal construção vai ao encontro de outras que, informadas pela lógica sexista, procuram reforçar os papéis sociais de gênero, ou seja, para o feminino, as funções ligadas ao espaço doméstico, para o masculino o espaço público da política e do trabalho remunerado. Deste modo, os sentidos são conferidos e naturalizados por meio

da imprensa, na crítica misógina à iniciativa de mulheres em trabalhar fora, à sua luta pela participação na política, esferas consideradas de domínio masculino por excelência. São ações identificadas pelos colaboradores como feministas, e por conta disso, perigosas e nefastas. São, por isso, combatidas no espaço da *Fon-Fon* por meio de seus artigos e cartas. Nesses, a contraposição do discurso tradicional, ao “ensinar” as leitoras que não haveria uma existência digna para elas fora do lar.

Michelle Perrot ressalta que, “em uma sociedade globalmente dominada pelo poder masculino, as mulheres exerceram, entretanto, todo o poder possível” (PERROT, 2005: 273). Ocuparam as posições e os cargos que lhe eram possíveis, à custa de muitas lutas, disputas e combates. Segundo aquela autora, trata-se de luta que exigiu delas coragem e engenhosidade, pois ao utilizarem “os espaços e as tarefas que lhe eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes” (PERROT, 2005: 273).

A moda foi uma das estratégias de luta encontradas por muitas mulheres para subverter representações/imagens que informavam comportamentos e papéis femininos. Não é a toa que, durante o ano de 1911 o uso das *jupe-culottes* (saia-calção) causou tanta polêmica, discussões e reações calorosas nas páginas da revista *Fon-Fon*. O uso das saias-calção, como eram chamadas, dividia a opinião pública e foi identificado com a modernidade e o feminismo. Daí seu uso ter sido combatido por muitos colaboradores da *Fon-Fon* e também defendido por alguns deles, um número bem reduzido, dividindo opiniões. Segundo matéria de 11 de março de 1911, tal moda possibilitou a entrada do feminismo no *toilette*:

*Temol-a travada, a grande luta entre a Moda, sua Magestade a Moda que, absoluta, dictatorial, impõe e não admite replicas e as suas subditas fieis, cuja fidelidade, entretanto, agora, parece não querer ter a mesma mansidão de sempre, a mesma passividade com que então obedecia e cumpria.(...)  
Como os senhores já devem ter desconfiado, nos referimos á questão que agora se agita em algumas das principaes cidades da Europa da moda dernier-cri dos calções, os amplos e elegantes calções, espécie de bombachas, como as usam os gaúchos, que devem ou, pelo menos, que a Moda, a imperativa Moda quer que venha substituir os vestidos. O lindo sexo a que quase essa imposição é feita está indeciso em aceitar essa reforma, que será, talvez, o primeiro passo para a entrada do feminismo na toilette, assemelhando, assim, a mulher ao homem, tambem pelo aspecto.  
(FON-FON. Anno V, n.10, 11 de março de 1911)*

Mais do que uma indecisão estética, em que estas mulheres teriam que optar por aderir ou não a mais um “capricho” de “sua majestade” a Moda, o impasse estava centrado na adesão as idéias e lutas do feminismo. Portanto, tal traje não era destinado a todas as mulheres, mas caberia a poucas e corajosas integrantes do “belo sexo” usá-lo, como defende a *Fon-Fon*:

*Modernamente, a pantalonas é um traje que se impõe á mulher; o feminismo assim o exige. Medicas, advogadas, pharmaceuticas, aviadoras, estafetas de saias, são antagonismos que offendem o bom senso. A saia é para o padre e o frade, que abdicam do seu sexo; ou para as amas de leite, e as respeitáveis matronas que têm a sagrada missão de povoar o mundo. As feministas, essas, devem andar de pantalonas, mesmo porque precisam se metter, ás vezes, em calças pardas, que podem ser preferiveis ás camisas de onze varas. (FON-FON. Anno V, n.10, 11 de março de 1911)*

Se assemelhar, de algum modo, ao sexo oposto é, primeiramente, adotar seu vestuário. Por isso, àquelas mulheres que já haviam conquistado profissões até então masculinas era digno e de bom senso o uso das *jupe-cullotes*. Caso contrário, quanto mais próximo dos atributos ditos como “naturais” do feminino, principalmente a maternidade, não era condizente tal vestimenta. Como atenta Gilda de Mello e Souza, a moda não se resume somente ao adorno do corpo, seus elementos estéticos, mas sobremaneira às distinções sociais. Além dessas distinções, uma de grande destaque é a sexual, que acentua um conjunto de diferenças percebidas e molda os corpos em masculino/feminino (SOUZA, 1987: 55). Esse antagonismo, segundo a autora, torna-se mais evidente no início do século XIX, como já afirmamos anteriormente.

A roupa, de acordo com a análise da referida autora, expressaria, inclusive, as funções sociais estabelecidas para cada sexo. Deste modo, aos homens, senhores do espaço público e do mundo do trabalho, a sobriedade das cores e as formas simples, tendo seu traje se tornado quase que um uniforme (SOUZA, 1987: 64). Às mulheres, pelo contrário, “passada a voga da simplicidade”, da primeira metade do século XIX, em que anáguas e espartilhos foram abolidas, lançam-se, novamente, “numa complicação de rendas, bordados e fitas (...)” (SOUZA, 1987: 60). Não devemos nos esquecer que, como salienta a autora, a roupa feminina tinha uma função ornamental e funcionava como uma arma de sedução. Em outras palavras, para “a mulher a beleza, para o homem o despojamento completo” (SOUZA, 1987: 72).

Contudo, na segunda metade do XIX, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, um problema se apresenta quanto ao vestuário destas. Se com o decorrer dos séculos, devido a sua carreira, os homens investiram na austeridade das roupas, como ficariam as mulheres? Seria possível que, com sua entrada na esfera pública a mesma lógica do vestuário prevalecesse? Gilda de Mello e Souza levanta uma questão interessante:

*A carreira, privativa do homem e compreendida, como vimos, em termos de austeridade do traje, obrigava-a a desinteressar-se do adorno e renunciar ao comportamento narcísico, como as governantes já o tinham feito e como o vão fazer as “sufrajettes”. Mas não se desiste impunemente de velhos hábitos que anos de vida bloqueada desenvolveram como uma segunda natureza. E lançando-se no áspero mundo dos homens, a mulher viu-se dilacerada entre dois pólos, vivendo simultaneamente em dois mundos, com duas ordens diversas de valores. Para viver dentro da profissão adaptou-se à mentalidade masculina da eficiência e do despojamento, copiando os hábitos do grupo dominante, a sua maneira de vestir, desgostando-se com tudo aquilo que, por ser característico de seu sexo, surgia como símbolo de inferioridade: o brilho dos vestidos, a graça dos movimentos, o ondulado do corpo. E se na profissão era sempre olhada um pouco como um amador, dentro de seu grupo, onde os valores ainda se relacionavam com a arte de seduzir, representava um verdadeiro fracasso. (SOUZA, 1987: 106-107)*

Deste modo, para a autora, uma das primeiras formas de subverter os papéis sociais e os atributos ditos “naturais” do “belo sexo” seria, portanto, por meio da exterioridade, da moda. Os trajes, como ela salienta, demarcam as diferenças percebidas e construídas entre os sexos, além de exteriorizar e acentuar todo um conjunto de diferenças sexuais: “modula de modo diferente a voz da mulher, produz um vagar maior dos movimentos, um jeito de cabeça mais langue sobre os ombros”. (SOUZA, 1987: 55)

Enfim, molda corpos em feminino. A autora nos oferece uma possibilidade interessante de análise para o espaço concedido à discussão do uso das *jupe-culottes* pelas cariocas no ano de 1911 na revista *Fon-Fon*. Permite-nos pensar a relação tão temida que os cronistas estabeleceram entre a utilização de tal traje e o feminismo. Ao contrário dos vestidos, que salientavam as curvas femininas para o deleite dos observadores e funcionavam como um artifício de sedução, as *jupe-culottes* – as saiascação – se aproximavam em demasia do vestuário masculino, logo, do domínio público, pois ligado à eficiência do mundo do trabalho. Enfim, o uso da *jupe-culottes* era um primeiro passo – por meio do traje, da exterioridade – para se assemelhar, de

algum modo às funções consideradas eminentemente masculinas. Destaca o outro viés da moda dos calções. O feminismo e sua luta por direitos de educação e participação política é reduzido, na leitura dos articulistas da *Fon-Fon* à moda e aos modismos das *jupe-culottes*. As feministas até poderiam fazer uso dessa moda prática, mas sua atuação e objetivos ultrapassaram esse estreito limite.

O temor relativo ao feminismo fica evidente nas páginas da *Fon-Fon*, seja por meio dos textos ou das charges publicadas. Constrói-se discursivamente o perigo de uma verdadeira “revolução”, em que as “mulheres modernas” se empenhavam em inverter a ordem, procuravam se apoderar de papéis que não lhe pertenciam, que não eram “naturais” ao “belo sexo”, ameaçando a ordem patriarcal, burguesa e misógina.

#### Considerações finais

Com efeito, percebemos que, ao prescrever e valorizar quais seriam os modernos e emancipados modos femininos de vestir-se e comportar-se, a revista procurava ensinar e “instaurar linhas de demarcação sexual definidoras dos papéis sociais” (RAGO, 1991: 26) bastante claras. As imagens veiculadas pelos cronistas cumprem a função pedagógica de ensinar aos leitores e leitoras as demarcações definidoras dos papéis sociais de cada um dos sexos. Não por acaso, as leitoras têm seus comportamentos questionados a todo o momento e são aconselhadas insistentemente a tomar atitudes pertinentes com sua “condição de mulher”. Tal atribuição foi assumida pela publicação, que desde o seu primeiro número, tratou de estabelecer quem seria e, sobretudo, como seria “a mulher moderna”.

#### **FONTE**

*Fon-Fon*. 1907-1914. Disponível em: [www.bn.br](http://www.bn.br)

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. 4ªed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 36<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloísa B. De (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROUANET, Sérgio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: *Revista USP*, setembro/outubro de 1992. p. 49-82.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque a Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ZANON, Maria Cecília. *Fon-Fon! - Um registro da vida mundana do Rio de Janeiro na belle époque*. Patrimônio e Memória. UNESP-FCLAs-CEDAP, v.1, n.2. 2005.